



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia dezessete de setembro de dois mil e treze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: Nélio Aurélio de Souza – Presidente, Alessandro Luiz Bonifácio – Vice-Presidente e Silvânio Aguiar Silva – Secretário. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a presença de todos os vereadores. O Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Ordinária do dia dez de setembro de dois mil e treze foi encaminhada aos gabinetes para os vereadores conferirem-na. Colocou-a em discussão; nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou a Ata. O Senhor Secretário proferiu leitura da correspondência recebida: Of. Sec. Geral nº 2147/13 – AR-A do Secretário-Geral da Governadoria, Gustavo de Castro Magalhães. Ref.: requerimento nº 150/13, de 13 de agosto, com o pleito referente à instalação de passarela e quebra-molas no trevo do Bairro Cristais, Rodovia MG 030, no município de Nova Lima. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de Lei nº 1.340/2013, autoria do vereador Gilson Antônio Marques, que “Declara de Utilidade Pública a entidade que menciona e dá outras providências” – Continental Futebol Clube. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer; 2) Projeto de Lei nº 1.342/2013, autoria do vereador Gilson Antônio Marques, que “Dispõe sobre o direito de uma folga anual para



Servidores Públicos Municipais de Nova Lima para a realização de exames de prevenção do câncer de próstata”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer; 3) Projeto de Lei nº 1.343/2013, autoria do vereador Fausto Niquini Ferreira, que “Dispõe sobre a apresentação de artistas locais na abertura de shows musicais nacionais e internacionais realizados no Município de Nova Lima, e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. O Senhor Presidente nomeou o vereador André Luiz Vieira da Silva como Relator da Comissão de Legislação e Justiça em substituição ao autor da proposição; 4) Projeto de Decreto Legislativo nº 261/2013, autoria do vereador Leci Alves Campos, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Arcebispo D. Walmor Oliveira Azevedo”. Encaminhado à Comissão Especial designada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Maria Ângela Dias Lima Pereira, Fausto Niquini Ferreira e Flávio de Almeida, para emissão de parecer; 5) Projeto de Decreto Legislativo nº 262/2013, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Tenente Antônio João Moraes”. Retirado de pauta pelo autor em função de acordo com os vereadores. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira falou com o Senhor Presidente: “eu gostaria de esclarecer para o Senhor porque o Senhor me cobrou isto hoje, o parecer da nossa comissão quanto à Prestação de Contas do processo nº 794.242 do exercício de 2007 da Prefeitura de Nova Lima, ele não entrará em pauta hoje. Nós fizemos uma reunião, mas atendendo ao pedido do Vice-Presidente André Vieira e do Relator José Guedes, que pediram mais uma semana para



fazer uma análise, na próxima semana, com certeza, entregaremos ao Senhor o parecer. Eu sei, o Senhor já confidenciou a mim que já passaram trinta e quatro dias e que nós temos sessenta dias para fazer a apresentação do parecer e votação deste processo. O Senhor está nos alertando, eu estou justificando para o Senhor a não entrada hoje, mas tenho certeza de que, após análise dos dois vereadores, na próxima semana nós entregaremos o parecer”. O Senhor Presidente informou: “vou conceder o prazo, vai para quarenta e um dias, esta Casa vai ter vinte dias para votar o projeto porque são sessenta dias para por em pauta. Estou concedendo mais uma semana, espero que na semana que vem possa resolver”. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura:

- 1) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.330/2013, que “Concede o nome de Wilson Fernandes Reis “Coutinho” ao Ginásio Municipal que indica e contém outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto;
- 2) Parecer da Comissão de Saúde Pública referente ao Projeto de Lei nº 1.331/2013, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de profissional de educação física ou acadêmico nas academias a céu aberto no município de Nova Lima”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto.

A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira esclareceu: “Senhor Presidente, na reunião passada eu perguntei para o Senhor em quantas comissões um projeto poderia passar, uma vez que ele saiu da Comissão de Serviços Públicos e foi para a de Saúde. Questionei porque acreditava que viria para a nossa Comissão de Orçamento, uma vez que ele envolve gasto público. Mas no momento em que fiz a pergunta e o Senhor me respondeu, nós não demonstramos



falta de conhecimento do Regimento Interno. O Senhor me respondeu que é praxe da Casa passar em três comissões. Não questionei porque não sabia disto, eu sei que é praxe da Casa passar em três comissões. Parece que um jornal não interpretou bem os nossos questionamentos, não entendeu bem aquilo que a gente conversou. Não sei se a pessoa que escreveu não prestou atenção no projeto e não viu o porquê da minha pergunta para o Senhor, mas quero deixar claro que não é, nem da minha parte, nem da parte do Senhor, desconhecimento quanto ao Regimento. Nós conhecemos o Regimento, sabemos as comissões que existem na Casa e por onde um projeto pode tramitar”; 3) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.332/2013, que “Desvincula o anexo da Escola Municipal que menciona, concede o nome de Professor Cássio Magnani e contém outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto; 4) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.333/2013, que “Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento com a Caixa Econômica Federal, a oferecer garantias e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas. O vereador Silvânio Aguiar Silva registrou: “eu não assinei e não concordo com este parecer, mas respeito o parecer da Comissão”. O vereador Flávio de Almeida disse: “só para fazer uma pequena justificativa, neste parecer não cabe concordar ou discordar. A gente diz nele exatamente o que falta, a gente não disse não para o Executivo, a gente diz o que ele deixou de enviar para esta Casa para que a Casa



ande bem e esteja correta porque são doze milhões para vinte anos, mas e daqui a vinte anos, a cidade sem o minério, como fica? É isto o que a gente diz: o que falta dentro do projeto, é tanto que a gente dá um parecer e concorda que ele continue tramitando na Casa. Nós só não podemos concordar e votar faltando o que coloquei aí junto com o Relator. Então, não cabe nem concordar nem discordar, até mesmo porque isto é no momento da votação”; 5) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.334/2013, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade do ‘exame de frênuo lingual’ nos recém-nascidos no município de Nova Lima e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Saúde Pública. O Senhor Presidente nomeou o vereador Gilson Antônio Marques como Relator da Comissão de Saúde Pública em substituição ao autor da proposição; 6) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.336/2013, que “Dá denominação a logradouro público que menciona e contém outras providências” – Rua Vereador Orlando Mozelli. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira afirmou: “o Projeto 1.332/2013 da minha autoria, eu gostaria que durante a semana o Senhor desse uma analisada, uma vez que não estou só denominando a escola, estou desvinculando uma unidade e dando nome para a escola, com isto estou criando uma nova unidade. Acho que a gente poderia pelo menos solicitar o impacto financeiro, apesar de o projeto ser da minha autoria. Gostaria que o Senhor analisasse durante a semana e verificasse a necessidade”. O Senhor Presidente



comunicou que ia analisar. O vereador Flávio de Almeida falou: “estava na nossa Comissão, a gente viu que ela quer desvincular, a gente só não pediu mais porque a gente entende como a escola já existe, não tem impacto, ela já existe. Quando ela pede para desvincular, a escola já existe, então desvinculou, você não tem um impacto financeiro, ela já existe, ela já funciona no dia a dia. Este foi o entendimento da nossa Comissão”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira explicou: “não estou questionando o parecer da Comissão do Senhor, acho corretíssimo o parecer da Comissão do Senhor. A minha preocupação é quando chegar mais na frente, na votação do projeto, isto ser levantado, porque não passou pela Comissão de Orçamento, uma vez que esta escola hoje não tem diretora; ela vai ter uma diretora. Ela tem apenas uma supervisora; ela vai ter duas supervisoras. O quadro vai aumentar e no momento que a gente pediu a desvinculação, nós estamos criando uma unidade de zero a seis anos e não uma unidade só de quatro e cinco anos como existe hoje. Isto é uma precaução, estou me precavendo para não ter problema depois”. O vereador Flávio de Almeida registrou: “a Comissão entendeu que ela quer desvincular, nós só não acreditamos no próprio impacto financeiro, uma vez que ela já existe, só isto”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira disse: “eu só quero justificar porque enquanto Presidente da Comissão de Orçamento, não quero que mais tarde isto possa ocorrer não por parte da Comissão do Senhor, o Senhor foi corretíssimo na colocação do Senhor”; 7) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.337/2013, que “Dispõe sobre a redução da carga horária diária dos servidores públicos municipais detentores do cargo



público efetivo de Bibliotecário, além de dar outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira afirmou: “eu gostaria de solicitar a esta Casa que a gente convidasse o Secretário de Administração da Prefeitura, o Roberto Cota, para uma reunião interna conosco, não precisa ser em Plenário, para ele trazer o Plano de Cargos e Salários da prefeitura como um todo e o Plano de Cargos e Salários da Educação para a gente poder fazer análise destas Famílias porque isto traz alguns problemas porque têm categorias que querem a redução da carga horária. Este está certo, estou querendo discutir outras categorias. Acho que seria uma reunião interna conosco para ele explicar para a gente o Plano de Cargos e Salários da prefeitura, parte administrativa, e o Plano de Cargos e Salários da Educação para a gente discutir algumas Famílias”. O Senhor Presidente pediu à vereadora que fizesse a solicitação no momento dos requerimentos; 8) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.338/2013, que “Concede o nome de Dr. Sebastião Fabiano Dias à Policlínica Municipal da Secretaria de Saúde e contém outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais; 9) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.339/2013, que “Cria Clínica e ou Hospital Veterinário Municipal da forma que especifica e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. O Senhor Presidente nomeou o vereador



André Luiz Vieira da Silva para atuar como Relator da Comissão de Serviços Públicos Municipais em substituição ao autor da proposição, vereador Alessandro Luiz Bonifácio. O vereador Fausto Niquini Ferreira falou: “eu fiz um parecer separado por se tratar de um projeto autorizativo, apesar de ser um projeto de causa nobre, penso que não é o momento ainda de construirmos um hospital para animais irracionais”. O Senhor Presidente informou: “vou deixar Sua Excelência falar, mas o projeto não está em discussão, está só entrando na Casa, vai chegar o momento de discutir”. O vereador Fausto Niquini Ferreira registrou: “entendo, só estou justificando porque eu não assinei o parecer”; 10) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.341/2013, que “Dá denominação às futuras instalações do Museu do Rádio a ser inaugurado no Cine Ouro” – José de Mattos Coelho. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais; 11) Parecer da Comissão Especial referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 260/2013, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. José Cleves da Silva”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. Dando continuidade, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Lei nº 1.319/2013, que “Dispõe sobre critério para denominação de vias, logradouros, praça, próprios públicos e dá outras providências”. O vereador Flávio de Almeida disse: “Senhor Presidente, hoje vou retirar e pedir para o Senhor arquivar. Conversei com alguns vereadores e a gente tem que estar em harmonia com todos. Ouvindo dois, estou pedindo o arquivamento; deixa para o próximo ano”. O Senhor Presidente parabenizou



o vereador Flávio por respeitar os vereadores e entender que isto é o melhor para a Casa. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira também parabenizou o vereador Flávio pela atitude nobre de retirar o projeto e voltar numa época mais oportuna; 2) Projeto de Lei nº 1.328/2013, que “Institui no Município de Nova Lima a Semana Municipal de Conscientização, Prevenção e Combate ao Câncer de Colo Uterino, Mama e Próstata e dá outras providências”. Em discussão, o vereador Leci Alves Campos afirmou: “gostaria de adiantar o meu voto favorável, Senhor vereador Silvânio, em virtude de que é de minha autoria a concessão do abono do dia do funcionário público para fazer o exame de colo uterino e mama. Seria muita incoerência da minha parte apoiar o exame através do abono do dia e não apoiar a semana de conscientização disto. Aproveito para cumprimentar o nobre colega, vereador Gilson, que deu entrada nesta Casa hoje com o projeto de lei que abona o dia para quem fizer o exame da próstata. Neste caso, nós já estaríamos unindo os três tipos de CA’s que é o colo uterino, a mama e a próstata. Reitero meu voto favorável ao projeto do vereador Silvânio”. Em primeira votação, aprovado por dez votos; 3) Projeto de Lei nº 1.329/2013, que “Dispõe sobre a concessão de meia-entrada para professores da rede pública em estabelecimentos que promovam lazer, entretenimento, esportes e cultura, no âmbito do Município, na forma que menciona”. O Senhor Presidente comunicou que há uma emenda ao projeto. Em discussão, o vereador Leci Alves Campos falou: “tenho uma dúvida nesta emenda, não sei nem se caberia pedir vista neste projeto porque existe uma lei estadual que já regulamenta o percentual de meia-entrada em estabelecimentos culturais. Não sei se esta



emenda que estipula quinze por cento mínimos para professor, se ela entra em incoerência com a lei estadual. Eu precisaria estudar isto. Quando uma produtora aluga o Teatro Municipal para trazer uma Tânia Alves, por exemplo, a produtora sabe qual percentual pode vender meia e qual percentual pode vender inteira, isto está no custo de produção”. O Senhor Secretário proferiu leitura: “Emenda Aditiva ao art. 1º: Parágrafo Segundo. A quantidade de ingressos de meia-entrada para os professores não ultrapassará o limite de 15% da carga total de ingressos”. Em votação, a emenda foi aprovada por dez votos. O vereador Leci Alves Campos propôs outra emenda ao projeto: “dar direito à meia-entrada não somente aos professores do ensino público, mas também do ensino particular. Vereador Silvânio, só para acrescentar porque na sua justificativa, o Senhor entende que é até para aumentar a cultura para o professor. Então, se a gente está dando o direito ao professor público, vamos estender ao professor particular”. Os vereadores Maria Ângela Dias Lima Pereira e Flávio de Almeida pediram vista do projeto. O Senhor Presidente concedeu. O vereador Leci Alves Campos comunicou: “vou fazer entrega ao autor do projeto, vereador Silvânio, da Lei Estadual que institui a meia-entrada nos estabelecimentos culturais; que possa ajudá-lo a repensar sobre este projeto”; 4) Projeto de Decreto Legislativo nº 248/2013, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. Gustavo Henrique Tostes”. Em única votação, aprovado por dez votos e encaminhado à promulgação; 5) Projeto de Decreto Legislativo nº 259/2013, que “Confere Diploma de Mérito Desportivo” – Sr. Gleyson Ribeiro Alves. Em única votação, aprovado por dez votos e encaminhado à



promulgação. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira propôs: “solicitação de um convite ao Secretário de Administração, Roberto Cota. Gostaria que junto com o Secretário de Administração, Roberto Cota, estivesse presente também o Dr. Leonardo Seabra, que é o advogado na área, para ele prestar informações para a gente sobre estas Famílias que estão dentro da área administrativa do Plano de Cargos e Salários da área administrativa e estas Famílias que estão dentro do Plano de Cargos e Salários do Professor. Eu já recebi duas solicitações e a gente precisa de um esclarecimento maior. Acho que tem que ser um esclarecimento para toda a Casa porque aí a gente vai poder solicitar do Executivo que conceda algum benefício que a categoria está pedindo. Mas antes, gostaria que a gente convidasse o Secretário Roberto Cota para a gente poder esclarecer estas Famílias”. O Plenário aprovou a proposta da vereadora. O Senhor Presidente solicitou: “que a Assessoria faça o convite ao Secretário para que ele possa comparecer na data em que a vereadora entender que é melhor para a Casa, para ser ouvido na sala ao lado pelos vereadores”. O vereador Leci Alves Campos registrou: “a Comissão Especial do Vale do Sereno composta por mim e pelos vereadores José Guedes e André, estivemos presentes no local. Na reunião anterior o Senhor Presidente nomeou esta comissão para tratar dos assuntos daquela obra em frente ao Serena Mall. Nós convidamos para vir a esta Casa hoje, às dezessete horas, o Secretário de Obras, Menicucci, Secretário de Meio Ambiente, Dr. Roberto Messias, e Secretário de Planejamento, Gabriel Gobi. O Secretário Gabriel Gobi justificou a ausência, ele estava com um assunto particular e pessoal em Ouro Preto, não poderia comparecer. A gente já



deixou agendado com ele uma reunião na próxima terça-feira, às dezessete horas. O Secretário Menicucci justificou a ausência em virtude de que a pauta que a gente passou em correspondência era da pasta do Secretário Gabriel Gobi. O Secretário Dr. Roberto Messias esteve presente, reuniu conosco, todas as dúvidas que tivemos sobre a supressão dos eucaliptos, quem autorizou aquela via de desaceleração do trânsito, ele já nos informou. Nós estamos aguardando informações para depois repassar para a Casa. Só para salientar aqui a ausência dos dois Secretários, somente o Secretário Gabriel Gobi virá a esta Casa na próxima terça-feira, às dezessete horas para a gente questionar sobre os outros pontos desta obra em frente ao Serena Mall”. O vereador André Luiz Vieira da Silva disse: “na semana passada quando foi criada esta Comissão Especial da qual o vereador Leci estava relatando o andamento e da qual faço parte, ressaltai que existem algumas questões no município que foram decisões tomadas na legislatura passada e que a maioria desta Casa não goza do privilégio que o Senhor Presidente e os vereadores José Guedes e Flávio gozam, que é o de ter feito parte da legislatura passada. Existem algumas coisas que a gente precisa averiguar, principalmente quando a gente é questionado na rua. Fui questionado por alguns servidores acerca de uma Lei desta Casa, gostaria até se o Senhor pudesse me explicar, uma Lei que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida em Nova Lima. Esta Lei foi aprovada, devido às informações colhidas, fui averiguar, existe a Lei realmente, aprovada por esta Casa, mas não executada. Esta Lei, uma das promessas de campanha do nosso prefeito era justamente a construção de mil casas populares. Esta Lei aprovada nesta Casa é do



Programa Minha Casa Minha Vida e envolve justamente esta questão das casas populares, é a Lei 2.297 de outubro de 2012”. O Senhor Presidente afirmou: “o que sei desta Lei é que ela passou por esta Casa, foi aprovada. De acordo com o artigo 117 do Plano Diretor, ela tem que ser passada como foram todos os trâmites por esta Casa, só que teria que ter um Decreto do Executivo. O Executivo não quis simplesmente fazer o Decreto, tanto no governo passado como neste. O que resta ao interessado que é a empresa e como Sua Excelência disse muito certo, não se faz casas populares em Nova Lima. Não é agora, é lá atrás, são muitos anos. Não querem nem saber do povo pobre aqui não, os políticos não estão nem aí para isto. Nós somos responsáveis por isto, mas a nossa parte nós fizemos que foi votar aqui. O que eles têm que fazer é entrar no Fórum com uma liminar que eles ganham porque está dentro da legalidade”. O vereador André Luiz Vieira da Silva ressaltou: “o interessado não é só a empresa, o servidor público também porque de acordo com o projeto, o critério de prioridade na escolha dos apartamentos é do servidor público. Seria um projeto muito interessante se o Executivo o colocasse em prática porque ele iria beneficiar os servidores municipais que iam poder pagar uma quantia muito baixa numa casa própria, quando na verdade muitos pagam com certeza o triplo numa moradia que não lhe pertence, que é o caso do aluguel. Se a Lei não for para ser cumprida, que ela volte para esta Casa para ser revogada porque lei é para ser cumprida, se não é para ser cumprida, que ela volte para esta Casa”. O Senhor Presidente falou: “desculpe a Sua Excelência, mas eu particularmente não revogo esta Lei em hipótese alguma porque ela foi peregrinada pela Casa, foi votada dentro da



legalidade, se não está cumprindo é o prefeito. Resta ao empreendedor entrar em juízo contra ele para ser cumprida. A Casa não vai revogar uma lei que fez certa. Hoje eu estava na rua, todos conhecem em Nova Lima o Senhor Bosco Felipe que é uma pessoa notória, ele estava reclamando comigo que também tem uma Lei votada aqui, parece que ele tem uma área na Chácara Bom Retiro, tem aprovado o projeto para fazer apartamentos populares para a população de Nova Lima e também não sai. Não é só este, têm várias pessoas que estão pedindo e reclamando. O município não anda, fazer o quê? A Lei foi votada, ela é legal, resta entrar em juízo para ser cumprida”. O vereador André Luiz Vieira da Silva registrou: “não estou dizendo que esta Casa vai revogar a Lei, estou dizendo que ele, se não vai cumprir, deveria encaminhar para que seja revogada. Não estou dizendo que nós iríamos revogar”. O Senhor Presidente disse: “se ele mandar para a Casa, vou trabalhar para não ser revogada”. O vereador André Luiz Vieira da Silva afirmou: “estou entendendo, mas o que quero dizer é que se ele não vai cumprir, então que envie dizendo por que não vai cumprir. Este é o meu questionamento”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira falou: “como líder do governo, gostaria que o vereador passasse esta demanda para mim, vou conversar diretamente com o prefeito para saber se ele não quer mandar o Decreto, se tem algum problema. Vou conversar direto com o prefeito e na próxima reunião já trago informações”. O vereador Flávio de Almeida registrou: “esta Lei foi sancionada, senão não teria necessidade de fazer Decreto. Acho que a Casa tem um papel fundamental, se a gente permite esta Casa legislar e o Poder Executivo que tem o dever de executar, se



nós não sentarmos juntos e repensar o que vem a ser Decreto, nós vamos ter dois poderes paralelos. Esta Casa faz leis, o outro faz Decretos. Se não conseguirmos entender o que é Decreto, qual o prazo de validade dele, o que realmente significa um Decreto, nós vamos ficar aqui fazendo leis, votando, sancionando. Isto é muito sério, sancionou uma lei, mas através desta lei tem que ter um Decreto. Isto é muito sério, nós temos uma Lei no município votada por esta Casa, sancionada por um prefeito, mas ainda cabe um Decreto. A coisa começa a ficar um pouco pior do que a gente acredita. Esta Casa tem a obrigação de sentar com seriedade, determinar, entender o que a legislação federal fala de Decreto, trazer para esta Casa e a gente começar a estipular o que é Decreto. Não para este prefeito, mas para todos que venham entender o que é isto porque senão uma lei depende de um Decreto. O que é mais importante a lei ou o Decreto? Isto é muito complicado para o nosso entendimento, para o meu”. O vereador André Luiz Vieira da Silva salientou: “estou falando em nome da população e do servidor público que seriam os grandes beneficiados”. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos: Do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: Requer ao Prefeito Municipal a redução da carga horária de trabalho, de oito para seis horas, dos Assistentes Administrativos lotados nas escolas municipais. Em discussão, o autor disse: “é o que a vereadora Ângela Lima falou sobre nós convocarmos o Secretário de Administração para tratar deste assunto. Há meses atrás, as Secretárias Escolares foram ao gabinete do prefeito e conseguiram reduzir a carga horária delas para seis horas. Acho que tem que ter mais respeito com as Assistentes



Administrativas lotadas na Secretaria de Educação. Pedir meus nobres colegas vereadores esta oportunidade para os Assistentes Administrativos que estão presentes no Plenário porque as Secretárias conseguiram redução para seis horas, nós um projeto na Casa de passar as Bibliotecárias de oito para quatro horas, então seria mais justo que o prefeito trabalhasse e passasse os Assistentes Administrativos de oito para seis horas. Elas merecem, elas têm família. Se pode para uns porque para outros não?”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira afirmou: “estas mesmas Assistentes Administrativos me procuraram e eu obtive a resposta do Secretário de Administração, do Dr. Leonardo Seabra, que o Assistente Administrativo não faz parte da Família da Educação, do Plano de Carreira da Educação. Por isto falei da necessidade da gente discutir com o Secretário o Plano do Servidor Público da área administrativa e do Servidor Público da área de Educação porque o Assistente Administrativo não é um funcionário exclusivo da Educação, é um funcionário da administração, do mesmo modo que os Psicólogos e os Fisioterapeutas, que hoje atendem à Educação, mas fazem parte da Saúde porque a Família deles é da Saúde, não podem ser colocado na Família da Educação. Por isto solicitei a presença do Secretário Roberto Cota e do Leonardo Seabra que é o advogado responsável pela área da Educação, para virem dar este esclarecimento para nós. Fica parecendo que a gente não quer fazer as coisas para as pessoas; jamais isto vai acontecer. Não posso fazer uma coisa que vai infringir a lei, que vai infringir um Plano de Cargos e Salários. Por isto é que solicitei a presença deles aqui para a gente poder, com base legal, resolver o problema de várias categorias, não só das



Assistentes Administrativos”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio falou: “vereadora, concordo com a Vossa Senhoria, mas é o que a Senhora está falando, vamos trabalhar porque vejo que esta categoria, Assistente Administrativo, sou testemunha, moro no Cruzeiro, fui coordenador do projeto Escola Aberta e vejo o trabalho das Assistentes Administrativas, elas mexem com pais, mães”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira registrou: “isto é inegável, não é este o questionamento. Estou questionando é a Família que foi a resposta legal que recebi”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio disse: “vereadora, vou fazer um convite para a Vossa Senhoria assinar comigo este requerimento e vamos trabalhar juntos, tenho certeza de que trabalhando juntos vamos ajudar todas as categorias”. Aprovado, dez votos. Do vereador José Guedes: Requer ao Prefeito Municipal a construção de creche no Bairro Cristais com recursos financeiros do TAC (Termo de Ajuste de Conduta). Aprovado, dez votos. Do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: Requer à Mesa Diretora que solicite ao Senhor Prefeito Municipal a cópia de inteiro teor do processo licitatório da Festa do Peão Boiadeiro para contratação de palco, bandas, som, iluminação, segurança, impressão de ingressos e controle de bilheteria. Qual a forma de controle de vendas de ingressos normais e área vip, bem como controle da arrecadação total e para onde será doado este valor. Também a forma de autorização para exploração das barracas durante o evento e listagem e comprovação de pagamento de todos os representantes das barracas disponíveis. Em discussão, o autor afirmou: “só no meu Facebook tiveram trezentos e dezesseis pessoas falando do preço do ingresso numa cidade igual a Nova Lima. As outras festas foram um preço



acessível, todo mundo é testemunha. Desta vez, não sei o que aconteceu que o preço foi lá em cima. Este requerimento vem, mais uma prova de que é meu dever fiscalizar e legislar, é uma prova para o povo nova-limense que estou aqui cobrando do prefeito, não entendi o valor deste preço, uma falta de respeito com o cidadão nova-limense”. O vereador Silvânio Aguiar Silva falou: “se me permite o Excelentíssimo, nobre companheiro Alessandro Luiz Bonifácio, tenho que concordar, inclusive parabenizar pelo ato de fiscalizar a administração municipal através do requerimento e acompanhamento dos gastos públicos que o município tem feito, especificamente com relação à Festa do Peão Boiadeiro. Acho muito justo o seu pleito de pedir que a prefeitura nos remeta esta documentação para que possamos fiscalizar. Fiscalizar é uma coisa, falar que está caro é outra coisa muito diferente. A percepção que a gente teve da Festa do Peão Boiadeiro do ano passado para esta festa. Respeito as trezentas e não sei quantas pessoas que usaram as redes sociais especificamente do Senhor para fazer esta reclamação, mas a gente não percebe isto, muito antes pelo contrário, o que eu percebi na cidade de Nova Lima foi uma alegria muito grande com relação à Festa do Peão Boiadeiro. Participei, inclusive estive com o Senhor na área vip e não percebo este preço tão alto assim. Acho que estas festas têm se consolidado no município como uma forma de renda muito interessante para o município. A Festa da Cerveja na praça, a Festa do Peão Boiadeiro, Nova Lima precisa deste tipo de evento e não tem como a prefeitura subsidiar todos estes eventos. Não vou manifestar que este preço foi justo ou injusto, só posso dizer que ele foi caro ou barato após analisar esta documentação que o Senhor



muito bem está pedindo. Deixo minha manifestação de apoio à administração de dizer que esta festa foi realmente muito interessante para o município de Nova Lima, apoio esta festa no município de Nova Lima, assim como a Festa da Cerveja e todas as outras que possam trazer o turismo para o município de Nova Lima. Nova Lima precisa disto”.

O vereador Alessandro Luiz Bonifácio registrou: “vereador Silvânio, obrigado pelo elogio, mas é como eu falo, nós hoje somos vereadores. Os cantores que vieram não tem nem como criticar, são muito bons. Tem muitas pessoas que tem dinheiro e não vão reclamar nunca, só que eu moro em periferia, num bairro pobre que é o Cruzeiro e eles reclamaram comigo. Outra coisa, dizem que os vereadores têm ingressos, o prefeito mandou dez ingressos para cada vereador e duas áreas vips, eu tive que pagar para a minha sogra. Eu tive condições, eu, minha sogra e a minha esposa. E as outras pessoas? As outras festa tiveram vários shows maravilhosos, vieram vários cantores da mídia, como a Paula Fernandes. Não estou criticando a administração, estou falando que o preço está altíssimo. Vereador Silvânio, com todo respeito, você foi Secretário de Desenvolvimento e sabe muito bem disto, que a cidade teve vários artistas maravilhosos e foi dado no governo do prefeito Carlinhos Rodrigues. Praticamente dado, era cinco reais, dois reais, três reais. Acostuma o povo bom demais, depois vem e faz um massacre desses. E como a famosa, até o próprio Governador Antônio Anastasia, no encontro que eu tive com ele: ‘Nova Lima tem dinheiro demais’. Pelo dinheiro que Nova Lima tem, acho uma sacanagem com o povo nova-limense. Com todo respeito, vereador Silvânio, é porque, vou falar mais uma vez, eu moro em periferia, no meu



Bairro Cruzeiro, Barra do Céu, fico nos bares tomando cerveja para lá, para cá e o povo reclama comida, fora o Facebook”. O vereador Silvânio Aguiar Silva disse: “eu também sou de periferia, vereador, apesar de morar no Centro, vivo em Bela Fama o tempo todo. Volto a dizer mais uma vez, não acho caro pela qualidade do que estava lá. Não sei se o Senhor frequenta as outras festas que tem por aí e o preço é meio parecido com este aí. Não vejo este problema. Não estou discutindo se eu ando numa população pobre, se eu ando na rica, estou discutindo porque ando pela cidade, esta festa foi feita para a cidade e na cidade a gente tem gente pobre e gente rica. Queira Deus que o prefeito possa fazer uma festa e nem cobrar da população, quem sabe vai chegar este dia? Só não posso usar este discurso que o Senhor está usando para dizer que a festa foi cara. Olha, este discurso não, por favor. O Senhor quer falar que mora num lugar pobre, tudo bem, respeito o lugar que o Senhor mora, não vejo problema. Só não venha tirar a qualidade da festa, não venha tirar o preço da festa, não venha tirar o que teve lá com o discurso que tem população pobre que não pode pagar. Olha, ótimo, vamos propor para o prefeito fazer uma festa que nem cobre da população. Se a gente for olhar todos os discursos que têm nesta Câmara, Nova Lima vai virar uma Suíça, nós podemos construir muitas casas, podemos fazer festa porque tudo fala que Nova Lima é rica. Coitado desse prefeito, está no sal”. Aprovado, dez votos. O Senhor Presidente afirmou: “cheguei há vinte e dois anos nesta cidade, pobre frequentava esta Festa direto, era até deles. Hoje never. Sabe quando que um pobre tem condições de pagar lá? Nunca mais, acabou a boca dele de ir em Festa do Cavalo”. O vereador André Luiz Vieira da Silva justificou



seu voto de apoio ao requerimento: “entendo perfeitamente os gastos com a qualidade da festa. Lógico que para trazer uma Ivete Sangalo, principalmente quando se diz que é prefeitura, o preço taí, todo mundo sabe. Você paga na faixa dos quinhentos mil por um artista. Não sei de que forma que este dinheiro cobrado vai ser utilizado pelo município, não tenho informação. Sei que a festa foi muito bem organizada, parabênzo, a população merece a festa. Tenho um questionamento a fazer. Segundo informações do prefeito dadas a um determinado informativo da cidade, em resposta aos meus questionamentos sobre os royalties do minério falado aqui na semana passada e entregue à vereadora Ângela Lima. O Prefeito diz, segundo a reportagem, prefiro acreditar que ele não disse, que a arrecadação da prefeitura caiu, diminuiu. Parte deste dinheiro que ela arrecadou vindo dos royalties do minério serviu para cobrir os gastos que estavam previstos no orçamento, mas como a receita caiu, ele veio em boa hora para salvar o município. Não precisa ser administrador para saber que quando se diminui a receita, a primeira providência que se tem que tomar é a redução de gastos, isto implica em priorizar as ações. O prefeito tem que priorizar os gastos do município. A festa é bela, a população merece, está caro, poderia ser de graça porque ou tem verba para fazer ou não tem. Se a receita está caindo, como já foi falado pelo vereador que a gente tem que prever até o futuro porque a previsão é que se diminua esta receita do minério até que se acabe, então o ideal é que você passe a priorizar os gastos e neste priorizar você tem que evitar alguns caprichos de cidade rica, já que não estamos tão ricos como está se dizendo que estamos Brasil afora. É só um adendo porque foi a resposta que eu obtive,



estou tendo resposta via informativos da cidade, estou usando a palavra para justificar mais uma vez o meu pensamento em relação ao dinheiro que a prefeitura tem”. O Senhor Presidente falou: “só lembrar que eu disse que pobre não vai nesta Festa mais é igual campo de futebol hoje, acabou. Pobre ia ver Cruzeiro e Atlético, hoje não pode ver mais, cento e cinquenta reais o ingresso”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira registrou: “vou concordar com o vereador André quanto à priorização. Como líder do governo vou discutir isto também com o prefeito para a gente buscar as priorizações para o Município de Nova Lima, quais são as festas realmente necessárias, para atender o povo de Nova Lima”. Do vereador José Guedes: Requer ao Prefeito Municipal a construção de creche no Bairro Rosário com recursos financeiros do TAC (Termo de Ajuste de Conduta). Aprovado, dez votos. Em discussão, o vereador Alessandro Luiz Bonifácio indagou ao vereador José Guedes: “queria participar com o Senhor porque já fiz um requerimento nesta Casa há uns três meses para ativar a ex-creche que tinha naquela casa da AngloGold, na Antônio Jardim, eu poderia participar com o Senhor?”. O vereador José Guedes respondeu: “perfeitamente, mas não estou pedindo para ativar aquela creche, estou pedindo uma nova creche pelo motivo que tem um dinheiro no Ministério Público do TAC. Eram onze milhões, como a prefeitura não fez a solicitação do dinheiro, a Dra. Ivana liberou três milhões para o hospital e disse mais, se a prefeitura não agir rapidamente, ela vai passar os oito milhões para o hospital. Tem outras prioridades, o hospital já tem a sua renda própria, oitocentos mil por mês da prefeitura. Acho que é hora desta Câmara agir sobre certas coisas que estão acontecendo



em Nova Lima, principalmente sobre as crianças fora de creches, é uma agonia, são duas, três mães todos os dias no meu gabinete pedindo. A gente manda ofício e não tem vaga, com dinheiro parado lá, não estou entendendo mais nada”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio indagou: “não entendi bem, o prefeito tem nove milhões do TAC e pediu empréstimo de doze milhões?”. O vereador José Guedes respondeu: “o prefeito não tem nada, a prefeitura que tem. Eram onze milhões, a Promotora passou para o hospital três milhões e comentou com este vereador que se a prefeitura não fizer a solicitação o mais rápido possível, ela vai passar os oito milhões para o hospital. Sou totalmente contra, já fui no prefeito e falei com ele para agir rápido senão o dinheiro vai para o hospital”. O Senhor Presidente disse: “lembrar que o TAC, os recursos todos que estão no banco têm direcionamento pela Promotora, inclusive um é de um aterro de inerte no Jardim Canadá. O requerimento do vereador José Guedes, porque não existe direcionamento deste dinheiro do TAC para este bairro. A Sua Excelência está pedindo ao governo que mude e encaminhe para cá?”. O vereador José Guedes afirmou: “ela comentou com este vereador que realmente este dinheiro é direcionado a certas obras, mas que ela vai abrir mão”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira perguntou ao vereador José Guedes se ele já comentou com o prefeito. O vereador José Guedes respondeu que no mesmo dia foi atrás dele porque ficou assustado. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira falou: “ótimo, isto que é importante, parabéns vereador. O Senhor esteve com a Promotora e imediatamente avisou para o prefeito. Parabéns, é isto mesmo que a gente tem que fazer, nós estamos aqui é para trabalhar pelo município, parabéns”. Do vereador



Gilson Antônio Marques: Requer sejam feitas pela Secretaria competente, em caráter de urgência, as sinalizações de embarque/desembarque das linhas nos pontos de ônibus do município. Aprovado, nove votos. Da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: Requer ao Chefe do Poder Executivo que determine à Secretaria Municipal de Obras e Serviços que proceda, através da prestadora de serviços de limpeza, uma grande limpeza nas ruas do Bairro Oswaldo Barbosa Pena, que se encontram totalmente renegadas pelo serviço municipal de limpeza urbana. Aprovado, nove votos. Do vereador Silvânio Aguiar Silva: Requer ao Poder Executivo seja colocada cerca ou grade de proteção à margem do córrego Maria Lúcia no Bairro Bela Fama, onde a calha não é coberta, fazendo a ligação entre a Avenida Benedito Alves Nazareth e a Rua José de Oliveira. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio solicitou ao autor permissão para assinar o requerimento. O autor permitiu. Aprovado, oito votos. Do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Prefeito Municipal a disponibilização de duas vagas Free do Rotativo na Rua Bias Fortes. Em discussão, a vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira registrou: “por se tratar de vagas do Rotativo, gostaria de informar que recebi do Procurador Dr. Castelar todas as informações sobre o contrato do Rotativo. Estou fazendo análise, estou lendo tudo, fazendo as anotações e na próxima reunião prestarei informações à comunidade”. Aprovado, oito votos. Do vereador José Guedes: Requer ao Prefeito Municipal a construção de complemento da escada ligando a Avenida Antônio Serafim Silveira à escada já existente no cemitério parque. Aprovado, nove votos. Do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: Requer que esta respeitosa Casa envie Moção de Pesar para



a família do Sr. Rodrigo Anastácio Silva pelo seu falecimento no dia 12 de setembro de 2013. Aprovado, oito votos. Da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: Requer que a Casa encaminhe uma Moção de aplauso à Escola Municipal Antonieta Dias de Souza na pessoa da Professora Roselene Coelho Clemente, através do aluno Ryam Dias Silva, do 5º ano, pela conquista do 1º Lugar no Concurso Nacional de Redação da “Folhinha”, Suplemento do Jornal Folha de São Paulo, com redação com o seguinte título: “Como será o Jornal daqui a 50 anos”. Aprovado, dez votos. Do vereador Silvânio Aguiar Silva: Requer seja enviada Moção de Pesar à família enlutada da Sra. Tânia Lúcia Silva Alves, funcionária do Jornal Guia Comercial, residente à Rua Antonina Ferreira Dias, nº 35, BL. 02, Apto. 201, Bairro Oswaldo Barbosa Pena. Em discussão, os vereadores Fausto Niquini Ferreira e Maria Ângela Dias Lima Pereira solicitaram ao autor permissão para assinar o requerimento. O autor permitiu. O vereador Leci Alves Campos lembrou que a Sra. Tânia foi funcionária desta Casa do ano de dois mil e um a dois mil e quatro. O autor convidou o vereador Leci Alves Campos para assinar o requerimento. O vereador Leci Alves Campos concordou e agradeceu. Aprovado, dez votos. Do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Prefeito Municipal a instalação de brinquedos na Praça Leocádia Gresta Alvisi no Olaria. Aprovado, dez votos. Da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: Requer que a Casa encaminhe uma Moção de Aplauso à Associação Comercial, Industrial e Serviços de Nova Lima, na pessoa do seu Presidente, Senhor Sanderson Ragonezi, pelas conquistas dos prêmios de Mulher Notável conferidos pela Associação Comercial de Minas Gerais a duas mulheres nova-limenses pertencentes aos



quadros da referida associação. Aprovado, dez votos. Do vereador Nélio Aurélio de Souza: Requer ao Poder Executivo o envio do memorial descritivo e da planta de localização dos imóveis objetos das desapropriações abaixo elencadas: de um terreno medindo 6.422,00 m² (seis mil, quatrocentos e vinte e dois metros quadrados), situado no loteamento denominado Cabeceiras, conforme Decreto nº 5.433 de 29 de agosto de 2013, e um terreno medindo 18.050,71 m² (dezoito mil, cinquenta metros e setenta e um centímetros quadrados), localizado no loteamento denominado Campo do Pires, Decreto nº 5.432 de 29 de agosto de 2013. Aprovado, dez votos. Após alguns vereadores solicitarem permissão para fazer requerimentos verbais, o Senhor Presidente informou que ia conceder um para cada vereador, apesar de já terem aprovado dezesseis requerimentos. O vereador Flávio de Almeida disse: “Senhor Presidente, são três requerimentos, estou fazendo verbal porque não atingi o número, acho que quando o vereador atinge o número tem que disciplinar senão vamos ficar aqui até amanhã”. O Senhor Presidente afirmou: “Sua Excelência está com toda razão. Depois a gente vai entender na sala ao lado como vamos conduzir isto democraticamente porque tivemos vinte um projetos hoje com mais dezesseis requerimentos são trinta e sete itens na pauta, tem três oradores, com certeza vai ter que prorrogar a reunião. Isto está sendo constante, todas as reuniões. Não quero dizer que não quero trabalhar, mas todas as reuniões? Depois vamos discutir isto na sala ao lado”. O vereador Flávio de Almeida recordou: “O Senhor, como Presidente da Casa, já disciplinou isto quando estabeleceu três requerimentos”. O Senhor Presidente informou que não se lembra, mas ia disciplinar



isto. O vereador Flávio de Almeida propôs requerimento verbal: “de acordo com a Lei Orgânica e o Regimento Interno da Casa, que o Executivo envie para este vereador tudo aquilo que foi gasto com festas do dia primeiro de janeiro até agora. E as festas que tiveram ingressos que foram vendidos, que envie o que foi feito com o dinheiro, se foi enviado para algum lugar ou se vai fazer uso, ou seja, tudo que é festa no município envolvendo palanque, som, músico. Tudo o que foi gasto com festas do dia primeiro de janeiro até o momento para que eu possa mostrar para a Casa o que a gente poderia fazer com boa parte deste dinheiro”. Aprovado, dez votos. O vereador Leci Alves Campos propôs uma moção de pesar e explicou que não foi por escrito porque não esperam pela morte: “que a Casa envie Moção de Pesar à família do Senhor Cassiano Higino Domingos. É vicentino, morador da Praça Leocádia Gresta Alvisi, nº 20, Bairro Olaria”. Aprovado, dez votos. O vereador Fausto Niquini Ferreira propôs: “Moção de Aplauso aos funcionários da Secretaria de Esporte e Lazer pela dedicação na organização da Festa do Peão Boiadeiro deste ano”. Aprovado, dez votos. O vereador Silvânio Aguiar Silva falou: “quero deixar registrada a alegria que tive por ser vereador nesta Casa pela presença do Governador de Minas Gerais nesta Casa, na cidade de Nova Lima, trazendo notícias tão interessantes e tão boas para o município de Nova Lima, como é o caso da estrada de ligação entre Nova Lima e Sabará, como é o caso da questão de São Sebastião de Águas Claras. Coloca Nova Lima à frente. Há muito tempo a gente não tem a presença de um governador, e um governador que veio nesta Casa com os vereadores presentes, com um público muito interessante presente, com deputados, com



peessoas da cidade. Quero deixar registrada a minha alegria. Quero deixar registrada também, Senhor Presidente, puxar para o nosso Presidente, a alegria de saber do seu empenho, do empenho especificamente de Vossa Excelência em trazer aqui o governador. Eu participei deste momento, vi o empenho que o Senhor teve com outros políticos na tentativa de fazer com que o governador viesse ao município de Nova Lima, tanto é que ele veio sentar nesta mesa. Não foi na prefeitura, foi na Casa Legislativa. Acredito que para o Poder Legislativo Municipal isto foi extremamente importante. Eu fui criticado por companheiros, por estar posando ao lado do governador, mas penso e deixo registrado que qualquer político, seja ele de qualquer partido, que quiser vir à Nova Lima e trazer benefícios para cidade de Nova Lima, de minha parte vai ser muito bem-vindo. Acho que é extremamente importante a gente ter aqui políticos que possam se unir a nós para trazer benefícios para a nossa cidade. É só esta a minha colocação, Senhor Presidente, é agradecer mais uma vez pelo empenho de todos os vereadores que estavam aqui e todo esse processo”. O vereador José Guedes propôs requerimento verbal: “primeiro quero dizer que a Festa do Cavalo realmente é feita para o povo em geral de Nova Lima. Nova Lima, infelizmente, não é com este governo, quando as coisas começam pequenininhas, são aqueles abnegados, aquelas pessoas que correram com lista quando a Festa era feita dentro do esgoto, aquilo que era festa maravilhosa, a população podia participar. Parabenizo aqueles antigos criadores da festa. Eu fui um dos colaboradores da primeira festa, peguei até dinheiro emprestado porque eu gosto das festas da roça. Peguei dinheiro emprestado, comprei arame farpado, os mourões,



fizemos a cerca. O tempo foi passando, vieram alguns espertalhões por trás, estava envolvendo muito dinheiro. Para quem não sabe, eu tenho um processo na justiça, foi julgado em segunda instância e um comandante da prefeitura, não vou citar o nome, teve que devolver novecentos e oitenta mil. Todos nós somos sabedores de que teve a festa de 2007, novecentos e oitenta mil; na de 2008 compareceram cinquenta mil pessoas com preços baixos, mas a arrecadação, pelo o que está dentro da lei, foi de três milhões e pouco. Disseram para quem não sabe da história que aquele dinheiro era para a Faenol. Nós investigamos, mandaram duzentos e noventa mil para a Faenol e o resto do dinheiro sumiu. Eu também acho que o ingresso desta festa foi caro, como foi dito aí, futebol que era para os pobres, que era o lazer do coitado do torcedor fanático, coitado do pobre e do assalariado. Nós temos que olhar o preço de acordo com o salário mínimo. Copa do Mundo então, coitado de um pobre para assistir. Nós temos que ter as festas, tem que dar alegria para o povo, mas a prefeitura tem que corrigir este preço para o próximo ano. O meu requerimento: Festa do Peão Boiadeiro, li em um jornal da cidade, onde um Secretário fala que a prefeitura depositará em conta especial esta arrecadação. Quero saber para onde vai esta arrecadação. É muito dinheiro que envolve, a prefeitura banca a festa e cobra-se o ingresso. Para não acontecer como nas outras festas que estão na justiça, já foram julgadas e condenadas, houve desvio. Acredito que o prefeito vai investigar isto e olhar. Eu vi no jornal uma pessoa que fez uma reportagem, ela não é confiável na minha opinião, está sempre rodando, sempre levando vantagem e eu estou de olho neste elemento. É para a prefeitura informar a esta Câmara,



a este vereador, que conta é esta, para aonde vai este dinheiro porque não vou esquecer. Se fizer um fundo para construir uma arena em Nova Lima eu vou aplaudir. Eu penso que não é porque sou mais inteligente do que os outros, eu penso que deve criar este fundo para fazer uma arena porque o povo de Nova Lima gosta de festa, gosta de futebol e tem direito também de aproveitar. Acabar com aqueles mictórios, com aquelas coisas nojentas que tem lá, as Senhoras ficam nas filas. Eu quero saber que fundo é este, em qual banco foi depositado”. Aprovado por dez votos. O vereador Leci Alves Campos propôs: “que esta Casa faça uma Moção de Aplauso assinada por todos os vereadores que quiseram ao Governador Antônio Anastasia pela sua disponibilidade e educação na sua estada nesta Casa, valorizando o trabalho do Legislativo Municipal”. O vereador Flávio de Almeida comunicou que ia se abster de assinar e votar por questão partidária. Aprovado por nove votos, com abstenção do vereador Flávio de Almeida. O Senhor Presidente disse: “lembrar, vereador Silvânio, o governador ter estado aqui foi muito bom para a cidade de Nova Lima pelos benefícios que ele trouxe para a cidade. Mais importante para estes vereadores todos que participaram disto, toda esta Casa, nos fortaleceu pelo trabalho que a Casa fez, não foi a Presidência, foi a Casa, até porque muitos vereadores foram na Cidade Administrativa várias vezes e lá estiveram com ele e ele atendeu com o maior carinho e todos são testemunhas disto. Parabéns para ele e para a sua ideia, vereador Leci”. No Grande Expediente, a vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira afirmou: “Senhoras e senhores, boa noite. Quero usar este espaço para falar sobre o clima de tensão que se instalou em nossa cidade nas últimas semanas, tudo



por causa de telefonemas, manifestações duvidosas, boatos nas redes sociais e matraqueiros nas esquinas com seus comentários maliciosos. Pior do que isso: algumas pessoas tentaram influenciar a decisão da Promotoria Pública e do Juiz de Direito da Comarca – pessoa de conduta ilibada, que convive conosco nesta terra hospitaleira há mais de 20 anos e que sempre diz que deseja seguir morando aqui. O povo de Nova Lima repudia esses que, com rancor, tentam denegrir e desestabilizar a Justiça. Os mesmos que não aceitam as sucessivas derrotas impostas pelas urnas e teimam em conturbar o dia a dia tranquilo de nossa cidade. Quero lembrar que a nossa Promotoria Pública e o nosso Judiciário são soberanos e, por isso, têm a confiança total do nosso povo. Vivemos numa cidade tranquila, ordeira e formada, em sua essência, por trabalhadores. Não é à toa, que tivemos o privilégio de ser eleita recentemente pela ONU a melhor cidade para se viver. Em agosto, recebemos a visita do prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda que passou uma manhã inteira com o nosso prefeito Cássio Magnani. Já na semana passada, foi a vez do nosso governador Antônio Anastasia nos honrar com a sua visita – aqui, nesta Casa Legislativa – para trazer mais conquistas para a nossa cidade e região, comprovando que a política se constrói em parceria e com respeito às demandas dos cidadãos. Senhoras e senhores, é disso que Nova Lima precisa: de parceiros fortes, de harmonia entre os poderes, de respeito mútuo entre as instâncias de governo e de tranquilidade para que a cidade possa continuar progredindo e crescendo com justiça social. Que Deus nos proteja e ilumine a todos que, com sabedoria e imparcialidade, estão a favor do município. E o povo de Nova Lima sabe



bem disso: ele reconhece que a cidade está no caminho certo e pronta para avançar ainda mais”. Inscrito no Grande Expediente, o vereador José Guedes falou: “canso de dizer na Câmara que as leis nesta cidade, muitas vezes, são feitas só para o pobre. Não vou cansar, enquanto estiver na Câmara, de bater nesta tecla. A Lei do Silêncio obriga, é obrigação não é favor, principalmente estas casas barulhentas que não respeitam a lei, que o horário é de oito às vinte e duas horas. O que me intriga, estou batalhando contra uma academia em frente a minha casa que não tem alvará, há quatro anos. Eles não respeitam nem o vereador que fez requerimento para o fechamento daquela academia para que ela coloque o que é de obrigação, que é acústica. Ao contrário, o proprietário daquela academia alugou o prédio, retirou as janelas e colocou grades. Falei com ele para colaborar, voltar com as janelas e ele falou que eu tomasse as providências. Isto é um desabafo mais uma vez, acho que é a décima vez que falo isto nesta Câmara. Hoje eu cobrei do Roberto Messias, vou com o advogado lá, acho que a prefeitura, vereador não tem que ficar batendo na mesma tecla a vida toda, ela tem que cumprir a lei, se não tem alvará, ele não tem, é pior. Hoje nós reunimos com o Roberto Messias, se o vereador Leci achou a sua explicação correta, este vereador saiu decepcionado sobre o corte dos eucaliptos na estrada. A lei fala que é do eixo da estrada para dentro quinze metros, conheço bem esta lei, da esquerda quinze metros do eixo da estrada, quer dizer, do meio do asfalto quinze metros. Ele quis dizer que o DER autorizou aquele corte. Onde está o Meio Ambiente de Nova Lima? Não concordo, só porque é Carbel, não interessa, temos que olhar a lei. Não me satisfiz, nós vamos olhar aquele problema, não



só fiscalizar o problema dos cortes. Volto a dizer, um pobre para cortar uma árvore, eu tenho vários pedidos de pobres pobre para cortar uma árvore que está prejudicando. Olha no altinho da Rua Contorno, já pedi para cortar aquela árvore mil vezes, é fio trançado para todos os lados. A Senhora coitadinha que comprou aquilo com suor, a sua casa está toda rachada porque as raízes daquela imensa árvore estão penetrando e vai jogar a sua casa que foi comprada com muito sacrifício. A casa está cheia de rachaduras e a mulher doente vai à prefeitura e ninguém dá a mínima. Então, pau que dá em Chico, dá em Maria. Quero parabenizar o vereador Flávio pelo projeto de cidadania honorária concedida ao jornalista José Cleves. Acompanho, faço questão de ler todos os jornais de Nova Lima ponto e vírgula. Realmente o José Cleves é um merecedor, é um jornalista corajoso e competente. Parabéns José Cleves, parabéns Flávio, muito bem escolhido. Como eu disse semana passada, ah se não fosse a imprensa neste nosso país, seria muito pior, muito mais corrupção, muito mais coisas ruins. Terceiro assunto: os brasileiros sentem vergonha de serem honestos. O Supremo Tribunal de Justiça não é um tribunal de justiça e sim um tribunal de injustiça, na minha opinião. É uma vergonha um tribunal que em sua votação houve empate de cinco a cinco sobre o mensalão. O desempate ficará sob a responsabilidade do juiz mais antigo do Tribunal de Justiça (injustiça). Tudo está indicando que o voto minerva dará chance para abertura de novos processos diminuindo as penas, diminuindo as devoluções das multas de onze indiciados. Será que os juízes do Tribunal estão ignorando os manifestos acontecidos recentemente no Brasil. Com essas atitudes, vocês frustraram os brasileiros de bem que querem ver os corruptos,



os ladrões, os maus exemplos e os maus feitores na cadeia. Brasileiros, novamente fomos enganados por alguns que deveriam dar bom exemplo para o povo brasileiro. Os farsantes foram julgados e condenados, por qual motivo vão dar chance a novas votações dos mesmos processos. Há muito tempo atrás, os réus deveriam ser cassados e presos, principalmente os engravatados José Dirceu, José Genuíno, Delúbio Soares, Marcos Valério, Duda Mendonça e o restante dos processados. Coitado do juiz Joaquim Barbosa, está todo complicado naquele tribunal de injustiça. Quarto assunto: o atleta que foi na prefeitura pedir as passagens, uma estadia de mil e cem reais, enrolaram o rapaz o mês todo, ficou em segundo lugar no torneio em Florianópolis. Ele é campeão aqui de Nova Lima, do Bairro Cristais. Ele foi campeão, vai em Florianópolis, disputa com cinco e é o segundo colocado. É um jovem que tem um futuro brilhante. A prefeitura não sei por que cargas d'água, o rapaz teve que pagar as passagens no cartão de cinco vezes. Isto não pode acontecer, não vou ficar calado. Eu já procurei várias pessoas da diretoria do Villa para saber sobre aquele leilão da Boutique do Villa e ninguém me fala o nome da pessoa que arrematou aquilo. O Villa Nova não é brinquedo. Para o meu espanto, hoje, fico vasculhando, procurando saber, não é só a Boutique, o leilão foi mais dezessete metros, do fundo da Boutique foi lá na parede, se não tivesse aquela parede da quadra, tenho certeza de que vazaria lá no fundo, mas parou na parede. Dezessete metros, trezentos e poucos mil. Não quero ser indisciplinado, vou terminar por aqui. Temos que olhar o Villa Nova, time do coração, centenário, que dá alegria para os villa-novenses". O Senhor Presidente, com a



permissão do Plenário, prorrogou a reunião por quinze minutos. Também no Grande Expediente, o vereador Gilson Antônio Marques registrou: “queria fazer alguns comentários em virtude de ter ficado calado a reunião toda. Quando os vereadores disseram ‘coitado do pobre para ir no campo de futebol’, eu digo coitada da mulher do pobre porque quando ele é fanático, ele vende até a geladeira da mulher para ir no campo, mas não deixa de ir. Não existe nada caro, existe é condição. Queria falar dos tablets, já conversei com a vereadora Ângela, poderia falar muito mais, mas queria que o prefeito, vereadora, explicasse o porquê desta distribuição, qual o critério desta distribuição porque ao que me consta e até peço que me corrijam se eu estiver errado, estes tablets foram comprados pelo governo anterior do qual a Senhora participou, um volume de aproximadamente cinco mil e duzentos equipamentos. O prefeito atual viajou a cada canto desta cidade com o ex-prefeito e prometeram que entregariam os tablets aos cinco mil e duzentos alunos de uma só vez. Mas esta semana passada, eu deparei com uma situação, na minha porta foram onze mães reclamar que as escolas estariam recebendo trinta tablets. Deixo uma pergunta. Pedi a minha filha para se dirigir à escola, perguntar qual o critério, ela me disse que seria nota. Escolheram vinte ou trinta alunos para receber os tablets. Peguei a nota de um aluno que não recebeu o tablet e ele só tem ótimo no boletim dele. Hoje o critério é regular, bom e ótimo. Faço uma pergunta à líder do governo para que leve ao prefeito, será que nas escolas mudaram as notas, existe bi-ótimo, tri-ótimo, porque o aluno recebeu ótimo e não foi escolhido. Então, não é o critério certo. Segundo, será que ele nunca foi criança para entender que o aluno não vai



entender se ele não receber? Será que se o meu filho que estuda em uma escola pública recebesse um tablet desses, eu ficaria numa situação confortável quando a mãe batesse na minha porta e dissesse ‘seu filho recebeu e o meu não’. Porque prometeram e não cumpriram de entregar os cinco mil e duzentos? Será que está faltando dinheiro no caixa? Se estiver faltando dinheiro, eu sugiro a ele, deixo uma sugestão para que junte o dinheiro, compre de uma só vez e cumpra com o compromisso que foi feito, se estiver faltando. Tem mais, as crianças estão ficando humilhadas porque elas não entendem, nem têm a obrigação de entender, uma vez que muitas e muitas crianças estiveram nas reuniões que eles participaram e ouviram eles dizerem que receberiam todos eles, inclusive para levar para casa, esta foi a promessa, e hoje não pode mais levar para casa. Mudou o governo, mudou o critério, cabe a mim respeitar, mas eu queria uma explicação e um cuidado especial do governo porque nós estamos falando de crianças, não estamos falando de adultos que podem entender. Mas para além das crianças tem o adulto que se sente humilhado quando o filho dele não recebe e o meu recebe ou de outra pessoa qualquer recebe. Este critério, no meu ponto de vista, é desordeiro, desonesto com as crianças e desrespeitoso com a população. Queria pedir mais uma vez à Comissão de Saúde desta Casa, a gente já havia conversado sobre outros assuntos. Eu e o vereador Alessandro Coxinha estávamos no hospital na segunda-feira passada e quando chegou a minha vez de ser atendido, o médico parou o atendimento no meio porque chegaram duas emergências. Correto, ele não ia atender um cara que estava aparentemente são para deixar de atender uma pessoa que havia tomado chumbinho e



outra que tinha sido baleada, ele fez o procedimento correto. O que me machuca e me incomoda é que tinham dois médicos de plantão no hospital e apenas um estava trabalhando, o outro estava em casa, com mais de cem pessoas na recepção. Eu e o vereador Alessandro Coxinha fomos procurar uma gerente, um responsável, um supervisor para nos dar uma explicação e não encontramos ninguém. A moça da recepção disse 'eu é que sou responsável aqui e não tenho resposta, não sei onde ele está'. Chegamos num consenso, chamamos uma viatura. Perguntamos ao médico, antes disto, onde estava o médico e ele respondeu grosseiramente ao vereador Alessandro Coxinha 'eu trabalho aqui e respondo por mim'. Mas quando a viatura chegou, ele correu para pedir para não fazer ocorrência, que ele estava acobertando o erro do outro médico. Isto não implica na disciplina dele, eu fui muito bem atendido, maravilhosamente bem atendido pelo médico. Médico de PA não pede exame, ele pediu todos os exames, tanto é que eu fiquei internado. Fui muito bem atendido, mas e as outras pessoas que estavam lá fora com um só médico e o outro ganhando em casa? Isto é vagabundagem, é um médico que não merece nem ter o CRM dele. Quero que a Comissão de Saúde peça ao hospital uma explicação sobre isto, eu quero ler. Não concordo de forma nenhuma com este tipo de atendimento, não é a primeira vez. Quero também fazer um comentário sobre aquela maquininha que fica lá iludindo os outros, dizendo que vai passar pela triagem. Quando eu passei pela triagem, bota o dedo no buraco lá e ele fala que eu podia esperar duas horas, ele acende uma luz por conta dele, eu podia esperar duas horas, mas quando entrei para ser atendido, fiquei hospitalizado



com pneumonia e problema no eletro. E se é uma pessoa que está um pouquinho mais fraca? Tinha morrido porque aquela máquina diz que são duas horas. Esta triagem é uma farsa, ao invés de colocar esta triagem lá fora, que a Comissão de Saúde peça ao hospital para colocar mais um médico no lugar porque o custo, se não for o mesmo, é bem equiparado e dinheiro a fundação tem porque só o município coloca oitocentos mil reais/mês lá dentro. Queria que a Comissão fizesse este pedido para a gente”. O vereador Fausto Niquini Ferreira disse: “como Presidente da Comissão de Saúde, gostaria de convocar a vereadora Ângela e o vereador Leci Campos para que pudéssemos ir ao hospital apurar este fato. Em relação à triagem, sou totalmente contra esta triagem. Para mim quem tem que fazer triagem é médico, aquilo é um procedimento médico, enfermeira e maquininha não têm que fazer triagem. Quem sabe a urgência, a emergência e o estado de saúde do paciente é o médico, ele está pronto para isto. Por isto, defendo o ato médico. Diagnostico e tratamento é só médico. Gilson, me sinto incomodado quando você vem falar isto na Câmara Municipal porque vontade de fazer eu tenho, só que infelizmente nós fazemos requerimentos, procuro o Secretário de Saúde, até me atende muito bem, mas o que vejo é uma falta de interesse em resolver os problemas, isto no geral. Vamos marcar para esta semana, vamos fazer um contato com o Padre Márcio e, através dele, vamos procurar lá. Inclusive, vereador Gilson, gostaria que você me passasse a data para realmente aprofundarmos e esclarecermos. Não é justo, é inadmissível, se nós temos dois médicos de plantão, um médico ir embora para casa. Se realmente aconteceu isto, acho que é cabível de...”. O vereador Gilson



Antônio Marques informou: “aconteceu e nenhuma explicação foi dada até agora. Tanto é que ele voltou, ele foi buscado em casa depois que a viatura chegou lá. Ele chegou lá após umas duas horas que a gente estava lá”. O vereador Fausto Niquini Ferreira afirmou: “vamos investigar isto e traremos uma solução”. O vereador Gilson Antônio Marques informou: “queria falar dos exames de saúde, tem que agilizar estas coisas. Nós temos aqui na Câmara um servidor que tem câncer, trata há mais de quatro anos, faz exames rotineiramente, ganha setecentos reais por mês. Está com um pedido lá que está fazendo quarenta dias e o pedido não sai. Liga para João Hernane, ele não atende. Acho que ele deve ter morrido porque tem quinze dias que tento falar com ele e ele não atende, quer dizer, está ruim de mexer deste jeito. Depois o prefeito acha que você é oposição dele aqui. Ratifico o momento para dizer, não é oposição é insatisfação, as coisas têm que alinhar”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira falou: “a respeito dos tablets, vereador, a informação que eu tenho é que não foram designados os tablets que foram entregues que era para dar para o aluno ‘A’, ‘B’, ‘C’ ou ‘D’. A informação que eu tenho e que vou apurar para Vossa Excelência é que seriam, neste primeiro momento, levados para cada escola ‘x número’ de tablets que seriam usados por todos os alunos, neste primeiro momento, motivo pelo qual, o tablet não poderia ser levado para casa. Está é a informação que eu tenho. Se a diretora entregou o tablet para cada aluno que ela escolheu ao bel-prazer dela, pela informação que eu tenho, ela está errada. A diretora está errada porque não foi essa a proposta. Não sei se foi feliz a entrega dos tablets no Teatro, não sei se foi feliz, levando representantes de cada escola e que estes



alunos que foram representando cada escola se sentiram como donos do tablet porque eles receberam realmente cada um lá na hora. Não sei se a estratégia não foi a melhor. Mas vou, além de conversar com o prefeito, conversar com o Secretário de Educação e trazer todas as informações para o Senhor na próxima reunião”. O vereador Gilson Antônio Marques registrou: “acho que o Secretário não tem culpa de nada, não estou aqui para defender ninguém, mas acho que ele não tem culpa de nada”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira disse: “mas eu tenho que saber dele a estratégia dele”. O vereador Gilson Antônio Marques afirmou: “tudo bem, a Senhora colocou muito bem porque foi um equívoco, pode ser da diretora porque os alunos foram escolhidos para ir lá, aí ele entende que o aluno que foi é que ganhou o tablet”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira falou com o vereador Gilson: “quando eu falo que vou conversar com o Secretário porque é uma estratégia pedagógica e uma estratégia pedagógica é decidida pelo Secretário de Educação. Trarei todas as informações para o Senhor na próxima reunião”. O vereador Gilson Antônio Marques registrou: “o que se subentende disto, é diversificado o entendimento porque pode até entender que ele está querendo fazer palanque de seis vezes. Às vezes não tem nada para fazer, quer entregar o trem de seis vezes, aí toda vez que ele vai entregar ele sobe no palanque”. O vereador André Luiz Vieira da Silva disse: “queria só, vereador Gilson, ressaltar a colocação que o Senhor fez a respeito os tablets é uma coisa realmente preocupante. Posso testemunhar isto porque tive esta experiência de crianças me cobrando. Como a gente está aqui fazendo parte do Poder do Município, criança é inocente, acha que a gente tem um acesso que, às



vezes, a gente não tem. Eu já tive várias vezes os seguintes comentários vindo da parte de crianças: ‘fala com o Cassinho para ele dar o tablet para a gente’. Aí quando chegou o tablet: ‘fala com o Cassinho para ele dar para o restante dos alunos’. Não foi uma, não foram duas, são várias crianças que estão nesta expectativa. Realmente se criou na cidade esta expectativa em relação aos tablets, se comprovou no caso quando chegou uma parte dos tablets e criou uma expectativa que, por enquanto, está decepcionante na maioria das crianças. Isto é algo que realmente para o Executivo ele deveria enxergar com um olhar de preocupação”. O vereador Gilson Antônio Marques afirmou: “se foi um erro não intencional, até aceito que tenha sido mesmo, mas foi um erro muito grosseiro e muito grave. Mexe no ego das nossas crianças”. O vereador André Luiz Vieira da Silva falou: “entendo realmente dessa forma, as crianças estão com este pensamento: ‘vai chegar o tablet’. O Senhor Presidente disse para o vereador Gilson: “está de parabéns pelo questionamento do tablet. Isto é do governo passado, era para atender todos os alunos, todos. Inclusive, a proposta era doze milhões de reais. Não sei nem o que deu isso. Só para você ter uma ideia, o tablet, isto é provado, antigamente, menino hoje precisa na escola é de por a cabeça dele para funcionar, não é pegar um brinquedo e ficar brincando não. Este dinheiro que eles gastaram nestes tablets dava seiscentas casas populares, doze milhões de reais. Isto estava criticado dentro da cidade para todos os cantos, insistiram e fizeram isso. Porque a criança tem que por a cabeça para funcionar senão ela fica preguiçosa”. Nada mais havendo a tratar, o Senhor



Presidente agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrada a reunião. _____